

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília

Class.: Direitos Indígenas

Data: 1 de janeiro de 1984

Pg.: DINRO054

# Assassinatos

Katia Aguiar

Durante o ano de 1983 nada menos que 17 índios foram assassinados e uma índia, mãe de um dos mortos, suicidou-se quando viu que o filho de 27 anos estava morto. Foram sei caingangas, um cadiveu, um maxacari, dois sukuru-kariris, um waçu, dois pataxós, três guaranis, um kaiowá e a índia guarani, Romana Duarte. Quase todas as mortes se deveram a divisões internas por questões de liderança. Outras foram com base em problemas vinculados à posse de terra.

Muitas vezes o primeiro item estava vinculado ao segundo, e era resultado do trabalho feito pelo coronel Anael Lemos Gonçalves, afastado da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pelo atual presidente, Otávio Ferreira Lima. Por onde aquele militar passava, a serviço do órgão tutelar, aconteciam sérias desavenças que terminavam em morte como no caso dos Pataxó e dos Caingang.

Dentre os fatos mais marcantes de 1983 com respeito aos índios, um deles foi a invasão por estes da sede da Funai, a 23 de junho, exigindo a desmilitarização do órgão, que redundou na demissão do então presidente, coronel Paulo Leal, e substituição de todos os 23 coronéis que lá atuavam por funcionários civis. Todos estes, maçons.

Outro fato foi a assinatura pelo presidente João Figueiredo de um decreto estendendo a mineração em área indígena às empresas privadas, o que até então só era permitido às estatais, e a aprovação por ele de uma exposição de motivos, no dia 18 de setembro, apresentada pelos ministros do Interior, Mário Andreazza, e do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, que, diz, entre outras coisas, que os particulares têm o direito de chamar a polícia caso se sintam ameaçados pelos índios, o que só era permitido ao órgão tutelar.

A questão dos Pataxó, no sul da Bahia continua pendente. Os seus 36 mil hectares de terra continuam sendo objeto da ambição de vários fazendeiros que os ocuparam. Em 1949 os índios foram expulsos de lá porque o próprio Serviço de Proteção aos Índios arrendou suas terras irregularmente para vários grileiros. Em 1982, já exaustos eles decidiram ocupar a Fazenda São Lucas, para o que tiveram o apoio da Funai, e onde estão confinados em 1200 hectares, sem água. Essas terras são requeridas pelo grileiro Jener Pereira Rocha, acusado de ter grilado 140 mil hectares em todo o estado.

Em junho de 1982, um grupo de cacauzeiros pediu ao ministro Andreazza a retirada dos índios daquelas terras ameaçando de cancelarem seu apoio econômico ao PDS. No dia três de outubro a Funai transferiu-se para a Fazenda do Almada, de propriedade do governo. O PDS venceu as eleições e no dia oito de dezembro os índios retornaram à Fazenda São Lucas, e ganharam na Justiça o interdito proibitório.

Há umas três semanas o presidente da Federação da Agricultura de Salvador, João Pinheiro Cunha, pediu urgentes providências ao ministro para remover ao que chamou de "falsos silvícolas" da área ameaçando de, junto com seus colegas, retirá-los à força. Ele afirmou que estão fortemente armados e não temem as consequências de seu ato. Se acontecer será mais uma violência contra os índios, que, afinal, estão em terras que por direito lhe pertencem, demarcadas, inclusive, com o apoio do Exército.

### Sequestro

Um fato que também marcou 1983 foi o sequestro, pelos índios do norte do Xingu, Kajabi e Suya, de um avião de propriedade do empresário de Anápolis, Roberto Correia Leal, no dia dois de junho, por acreditarem que este carregava contrabando de minério de suas terras. No dia 18 de agosto eles liberaram o avião que chegou a Brasília pintado com palavras de ordem como "exigimos respeito à nossa terra".

O TCU — Tribunal de Contas da União — encerrou seus trabalhos não aprovando a compra do prédio da Funai, no Setor de Indústria, chamando irresponsável por sua aquisição, o coronel Nobre da Veiga, ex-presidente do órgão, em virtude da má aplicação do dinheiro público.

### Vitórias

Ao lado de todos os problemas os índios obtiveram uma grande vitória que foi a aprovação pela Câmara dos Deputados da Comissão Permanente do Índio, presidida pelo deputado Mário Juruna, que desde que eleito parlamentar passou a ser o verdadeiro porta-voz dos índios, deixando para trás, inclusive, a Secretaria Executiva das Entidades de Defesa à Causa Indígena, que encerrou suas atividades.

Outra questão foi a demarcação pelos próprios índios Potiguar, na Baía da Traição, na Paraíba, de sua área de 32 mil hectares quando a Funai só queria lhes dar 24 mil. Os outros oito são ambicionados pela multinacional Rio tinto Zinc company, que há dez anos conflita com os índios. Em virtude da decisão deles, a Funai, o Conselho de Segurança Nacional e o Ministério do Interior, se reuniram em junho decidindo a imediata demarcação legal de suas terras, o que até hoje não foi feito.

Quatrocentos índios das tribos Xerente, Kraô, Carajá e Apinagé, invadiram em novembro a sede da ajudância da Funai em Araguaína, Goiás, exigindo o retorno de Antônio José de Jesus, chefe afastado pela Funai, e a retirada do que o substituiu, Wilker Célio da Silva. Outra reivindicação foi a implantação de um conselho administrativo integrado pelos índios, em regime de co-gestão e a demarcação imediata da reserva Apinagé, com 34 mil hectares em Tocantópolis.

Eles conseguiram a promessa de demarcação em março, a formação do conselho administrativo e aceitaram a permanência de Wilker por 90 dias em regime de experiência.

E todos os 200 mil índios aguardam, segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) "que em 1984 haja mais respeito pelos direitos dos índios neste país".